

O INFORMATIVO

DO VALE

Vale do Taquari.
Terça-feira,
21 de março de 2017

FUNDADO EM 8 DE MAIO DE 1970 POR OSWALDO CARLOS VAN LEEUWEN

Ano 47.
Nº 11.296
R\$ 1,75

Imigrantes pedem ajuda na audiência sobre comércio

» Se você costuma passar pela Rua Julio de Castilhos, no Centro de Lajeado, já deve ter se depa-
rado com produtos espalhados nas calçadas e
ofertas muito abaixo dos preços praticados nas
lojas. O problema está na informalidade e no de-
creto que proíbe o uso de calçadas para a venda

de produtos. Pensando nisso, uma força-tarefa da
prefeitura promete mais rigor, a partir de abril, na
fiscalização deste tipo de situação. Mas ambulan-
tes temem o resultado desta ação e acreditam que
a proibição irá ampliar o estado de vulnerabilidade
da comunidade de estrangeiros. [Página 5](#)

BOX
LOCADORA DE VEÍCULOS

A trabalho ou
lazer, será
sempre um
prazer!

Fone: (51) 3714.6588
locadoras@boxlocadoraveiculos.com.br
Av. Alberto Pasquini, 411 - B. Amoreiras - Lajeado/RS

Meio Ambiente
na Escola
volta a circular
amanhã

[Página 6](#)



Lidiane Mallmann

» TEMA DO DIA

Um quarto do rebanho de suínos do RS está no Vale

» Segundo a Associação de Criadores de Suínos do Rio
Grande do Sul (Acsurs), durante o ano de 2016 o número de
abates de animais cresceu 6% no Estado. O crescimento foi
alavancado pela exportação e pelo maior consumo interno.
No Vale do Taquari, onde a cultura está presente em prati-
camente todos os municípios, criadores investem em tecno-
logia para elevar a qualidade e ampliar a rentabilidade com
o rebanho. [Página 3](#)

**OPORTU-
NIDADE:**
em Arroio
do Meio,
atividade
garante
rendimento
ao criador

Lojistas, prefeitura e ambulantes se unem para solucionar informalidade

Reunião realizada ontem pode ter sido primeiro passo do município para resolver problema do comércio



Renan Silva

renan@informativo.com.br

» Lajeado

Lajeado é conhecida pelo orgulho de sua história e dos antepassados imigrantes que a ergueram e fizeram da cidade uma das melhores para se viver. Se no século XIX, a cidade foi povoada especialmente por alemães, a nova onda de imigrantes tem como origem, especialmente, Haiti e Senegal - o primeiro, localizado no Caribe, o segundo, na África Ocidental.

Atraídos pela promessa de trabalho e melhores condições de vida, os visitantes fizeram de Lajeado (e outras cidades gaúchas) seu novo lar. Porém, uma crise econômica modificou



AUDIÊNCIA: secretários Sandri (d), Zanatta e Cé com os tradutores, Mor Ndiaye e Renel Simon (e)

o cenário, fechou postos de trabalho e elevou a vulnerabilidade social, em especial, nas comunidades de estrangeiros. Desempregados e longe de seus familiares, os imigrantes, prin-

cipalmente, senegaleses, recorrem ao comércio ambulante e à informalidade como forma de sobreviver.

Claro que o problema não se resume à comunidade estrangeira. Na verda-

de, o tema é debate antigo na cidade, mas a questão intensificou-se nos últimos meses, gerando uma espécie de força-tarefa coordenada pelas secretarias municipais de Desenvolvi-

mento Econômico, Turismo e Agricultura (Sedetag); Planejamento e Urbanismo (Seplan); e Fazenda (Sefa), e culminando na realização, ontem, de uma audiência pública para discutir soluções e prometendo intensificar a fiscalização a partir de abril.



Confira o mapa com a proibição do comércio ambulante em Lajeado no www.informativo.com.br

“Nós precisamos de mais ajuda”

Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Lajeado, Heinz Rockenbach acredita que o comércio irregular causa uma concorrência desleal aos comerciantes que têm pontos estabelecidos, pagam impostos e geram empregos.

“Mas não sou contra o comércio ambulante, sou contra o comércio informal. Muitas vezes, compram-se produtos que não se sabe nem a procedência e paga-se um valor muito abaixo justamente porque o lojista não tem como competir com alguém que vende mercadoria ilegal e não paga nenhuma taxa para atuar.”

Apesar do posicionamento, Rockenbach acredita que a criação de um “camelódromo”, como foi proposto por alguns participantes da audiência, pode não ser a solução. “Até poderia ser analisada a possibilidade, mas não podemos precipitar essa situação. Teria que ser um local adequado e vantajoso para eles também. São pessoas que precisam de um sustento e não podemos apenas ‘jogá-los’ lá.”

O posicionamento vai ao encontro da súplica feita pela comunidade senegalesa. Mor Ndiaye, escolhido para falar em nome do grupo de imigrantes, agradeceu o convite que o grupo recebeu para participar da audiência pública e a possibilidade de também expor sua situação.

“Ninguém quer ficar na rua vendendo. Quando ficamos, não é uma alegria; fazemos isso para sobreviver. É muito complicado pra gente conseguir emprego. Quando estamos vendendo, não estamos roubando ou mendigando. Quando nos tiram da Júlio, da Bento (Gonçalves), da Benjamin, são dias sem ter nada para comer. Nós precisamos de mais ajuda, por favor.”

Titular da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sthas), Lorival Ewerling dos Santos Silveira, teme que a simples proibição de comércio agrave os problemas sociais no município. “Estaremos criando um problema social muito grande se eles não tiverem de onde tirar seu sustento e não temos como dar conta dessa demanda sozinhos. O Poder Público não vai conseguir solucionar isso sem ajuda.”

Ambulante do ramo de flores há 20 anos, Marcelo Cardoso sugeriu que o município concedesse uniforme e crachá para todos os ambulantes autorizados da cidade, como uma forma de facilitar a fiscalização e identificação de vendedores “invasores”.

Guilherme Cé garantiu que todas as sugestões apresentadas serão analisadas e que o município buscará bons exemplos em outras cidades para resolver o problema sem prejudicar aqueles que dependem do comércio ambulante para se sustentar.

Proibição

No Salão de Eventos da prefeitura, os secretários Douglas Sandri, Rafael Zanatta e Guilherme Cé conduziram a reunião e apresentaram aos ambulantes o que diz a lei municipal em relação à comercialização de rua. “Nossa busca é para que a lei seja cumprida e que os comerciantes ambulantes saibam o que precisam fazer para poder vender seus produtos na cidade”, explica Sandri.

Segundo o titular da Sedetag, há dois problemas principais em relação ao comércio nas ruas: primeiro, porque muitos dos ambulantes não têm a licença concedida pela prefeitura, nem pagam qualquer imposto para a realização da

atividade; segundo, porque a maior parte dessa comercialização é feita em local proibido, como nas calçadas da Rua Júlio de Castilhos e das avenidas Senador Alberto Pasqualini e Benjamin Constant.

“O comércio ambulante depende de autorização do município e não pode ser feito em vias públicas que estejam proibidas, nem impedir o livre trânsito de pedestres e veículos”, esclarece Sandri.

Guilherme Cé, titular da Sefa, apresentou as tributações que os ambulantes devem pagar para se regularizar - mais de R\$ 500 em taxas municipais e um valor fixo diário, mensal, semestral ou anual para a comercialização, de

acordo com o tipo de produto.

“Uma alternativa para os ambulantes também seria a criação de um MEI (cadastro de Micro Empreendedor Individual), que tem uma taxa única, e poderia ser uma forma de regularizar sua atuação sem tantos impostos”, sugeriu.

Para quem quiser apenas regularizar a situação, o atendimento será feito diretamente na Secretaria da Fazenda, dentro da prefeitura lajeadense, na Rua Coronel Júlio May, 242; já aqueles que quiserem se informar sobre o cadastro de MEI podem procurar a Central do Empreendedor, na Rua Júlio de Castilhos, 171.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO COOPERATIVA LANGUIRU LTDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CNPJ – 89.774.160/0001-00 | NIRE – 43400000615

Em cumprimento ao Art. 15, combinado ao Art. 36, letra “h” do Estatuto Social da Cooperativa Languiru Ltda., o Presidente, no uso de suas atribuições, CONVOCA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA LANGUIRU LTDA., a realizar-se no dia 31 de março de 2017, na Associação dos Funcionários da Cooperativa Languiru Ltda., sita à Rodovia RS 419, sem número, Km 1, Bairro Languiru, Teutônia, RS, às 11h30min em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) do número de associados; às 12h30min em segunda convocação com a presença da metade mais um dos associados e às 13h30min em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1º – Prestação de contas do exercício de 2016, compreendendo:

- a) Relatório do Conselho de Administração;
- b) Balanço Geral;
- c) Demonstração de Sobras/Perdas e Lucros/Prejuízos;
- d) Relatório dos Auditores Independentes;
- e) Parecer do Conselho Fiscal;
- f) Plano de Atividades e Orçamento para o exercício seguinte.

2º – Autorização para contratação de empréstimos e/ou financiamentos em Instituições Financeiras nacionais e internacionais, inclusive financiamento de cotas partes, PRODECOP, PRONAF, PROCAP AGRO, FUNDOPEM/RS e do INTEGRAR/RS, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, representado por seus gestores: BADESUL DESENVOLVIMENTO S/A – Agência de Fomento/RS, e/ou BANRISUL e/ou qualquer outra Instituição Gestora do Fundo, ou outras modalidades de financiamento, além de oferecer bens em garantia;

3º – Autorização para celebração de Termos de Ajustes FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS com o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SDECT e/ou Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI;

4º – Autorização para aquisição, compra, recebimento em doação, venda, alienação e oneração, a qualquer título, de bens imóveis e móveis; autorização para gravar bens imóveis em garantia hipotecária por conta dos contratos, termos de ajustes, benefícios financeiros do FUNDOPEM/RS e do INTEGRAR/RS, entre outros; autorização para locação, sublocação, doação em comodato de bens imóveis, móveis e equipamentos; autorização para renunciar áreas para correções de medições de imóveis nos Registros de Imóveis;

5º – Autorização para contrair obrigações, transigir, ceder direitos e ativos, a qualquer título e constituir mandatários;

6º – Autorização para participação em processos licitatórios e posterior contratação do objeto de licitações, quando vencedora do respectivo certame;

7º – Autorização para a Cooperativa participar de outras sociedades comerciais e/ou civis, prestar aval, bem como aumentar capital em sociedade que participa, com integralização de bens imóveis e/ou sua retirada;

8º – Destinação da proposta da administração em relação aos resultados das aplicações financeiras de acordo com a Resolução nº 29 do Conselho Nacional do Cooperativismo, de 13 de fevereiro de 1986;

9º – Eleição e posse de todos os membros do Conselho Fiscal;

10 – Fixação dos honorários mensais do Presidente e do Vice-Presidente e valor da cédula de presença dos Conselheiros de Administração e Fiscal;

11 – Outros assuntos de interesse social, sem cunho deliberativo.

NOTAS:

1 – Para efeitos legais, a Cooperativa Languiru Ltda. contou em seu quadro social, cinco dias anteriores a publicação deste Edital, para efeito do cálculo do quórum, conforme Art. 18, item V do Estatuto Social, com 6.084 associados.

2 – De acordo com o Art. 5º, item I, letra “f” do Estatuto Social continuam à disposição dos associados a publicação deste Edital, no Escritório Central, os livros e peças do Balanço Geral.

3 – A Assembleia não se realizará na Sede da Cooperativa por motivo de não haver espaço suficiente para acomodar todos os associados.

Teutônia, 20 de março de 2017.

Dirceu Bayer - Presidente

PARA A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS SABER MAIS E FAZER BONS NEGÓCIOS.

INSCREVA-SE JÁ!

18 E 19 DE MAIO, LAJEADO | HOTEL WEIAND

INFORMAÇÕES: FONES: 51 3011-6900/51 99742-4255 – eventos@acilajeado.org.br

REALIZAÇÃO
ACIL, AGEA, ACIL-GTA
PATROCÍNIO
SICREDIINSCRIÇÕES
www.jornadaalimentacaonews.comAPOIO
ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DO
VALE DO TAQUARI, EMATER, SEBRAE, UNISINOS
UNIVATES, VIGILÂNCIA SANITÁRIA-LAJEADO

O INFORMATIVO DO VALE



INAUGURAÇÃO AMANHÃ!
VENHA CONHECER E SOLICITE SEU BRINDE!

Naturalls
Produtos Naturais

Av. Julio de Castilhos, 589
Centro | Lajeado/RS
(ao lado do Banruiul)
Fone: 51 3748.3617

Suplemento ambiental de O Informativo volta amanhã

Projeto promoverá concurso fotográfico e ação de envolvimento da comunidade escolar para debater alternativas e procurar soluções para problemas na natureza



Renan Silva
renan@informativo.com.br

» Vale do Taquari

O que fazer para que a água seja preservada e não vire uma mera lembrança registrada nas fotografias guardadas no seu celular? Essa é a reflexão provocada pela capa deste mês do caderno Meio Ambiente na Escola, suplemento do jornal O Informativo do Vale, que volta a circular mensalmente a partir de amanhã, com edição especial alusiva ao Dia Mundial da Água.

Todos os meses ao longo de 2017, o caderno temático do maior periódico do Vale do Taquari abordará um novo assunto relacionado à questão ambiental, preservação, novidades, com envolvimento de especialistas e divulgação de experiên-

cias da região.

“Já estamos preparando a edição de abril, que foca consumo consciente”, revela a editora do suplemento, Gigliola Casagrande. “O suplemento pode ser usado em sala de aula, como recurso didático para os professores. Pode motivar discussões sobre os temas, com a reflexão sobre a realidade local”, acrescenta.

Titular da 3ª Coordenadoria Regional de Educação (3ª CRE), Greicy Weschenfelder acredita que o caderno pode ser usado de forma multidisciplinar, para que os professores usem os exemplos citados nas reportagens como forma de agregar conhecimento aos diferentes campos do conhecimento. O suplemento é distribuído gratuitamente, para 60 escolas da região, como forma de incentivo à educação ambiental.

Projeto promove concurso fotográfico

Paralelamente à publicação do caderno, o Projeto Meio Ambiente na Escola também realizará duas ações com os estudantes do Vale do Taquari. Como explica a gerente de mercado da Rede Vale de Comunicação, Miriam Volkmer Destefani, haverá um concurso de fotografias e uma ação envolvendo as comunidades escolares.

“A ação busca promover o envolvimento da comunidade escolar de cada município da região em encontros com convidados especiais, como o comitê de gerenciamento de bacias, Emater,

Corsan, Univates, secretarias municipais de meio ambiente, entre outras instituições, com o propósito de pensar coletivamente sobre os problemas ambientais que afetam cada uma das comunidades e buscar alternativas de soluções concretas para os problemas”, justifica.

A segunda ação será um concurso fotográfico com o tema “Água, energia da vida”, para todos os alunos das escolas de Ensino Médio, com premiação para os três primeiros colocados. O regulamento será divulgado em maio. A

entrega do prêmio será feita na escola do aluno que conquistar o 1º lugar.

“Ao final do concurso, serão premiados os três melhores trabalhos, classificados de acordo com a avaliação da comissão julgadora. Os prêmios serão em dinheiro. O concurso se destinará exclusivamente a alunos do Ensino Médio das escolas participantes do Projeto Meio Ambiente na Escola, e a seleção das fotos será feita por um júri composto de profissionais da área de comunicação e pessoas da comunidade ligadas ao segmento ambiental.”



Em questão ?

1 O Informativo do Vale - O que o público pode esperar em relação ao conteúdo do caderno para este ano?

Gigliola Casagrande - O Meio Ambiente na Escola aborda um tema ambiental, em geral uma questão global, com foco também local. Temos a preocupação de mostrar os aspectos positivos e também negativos, com diferentes ângulos, dando voz aos profissionais da região. Também queremos apresentar a produção dos estudantes do Vale, suas experiências e o que as escolas trabalham em seu dia a dia.

2 O Informativo do Vale - Esse conteúdo pode ser usado como complemento em sala de aula?

Greicy Weschenfelder - Sem dúvidas. Eu mesma consegui ver o uso pedagógico desse material, os professores levando o suplemento para a escola, folheando, lendo, analisando. Inclusive, os cases usados, os exemplos, servem de motivação para as outras escolas fazerem o mesmo, mostrar o que fazem de diferente. São reportagens curtas, objetivas, com um colorido que chama a atenção pedagógica. Tudo colabora e ajuda realmente esse trabalho em sala de aula.

3 O Informativo do Vale - Como esse conteúdo irá colaborar com a questão da educação ambiental nas escolas ao longo de 2017?

Miriam Volkmer Destefani - Um produto dessa qualidade, com atualidade de conteúdo e que chega nas escolas de forma gratuita, é um excelente material que os professores têm à sua disposição para utilização em sala de aula, em alternância de turmas e disciplinas.

RECANTO DO VALE



- Frango caipira
- Codorna
- Coelho

QUE TAL COMER ALGO DIFERENTE?

Confira nossos
PONTOS DE VENDA:

- Em Lajeado:

Fruteira Degasperi - B. São Cristóvão
Fruteira Hidráulica - B. Hidráulica
Cantina Felicita - B. Americano
Mercado Weimer - B. Verdes Vales
Quitanda Colonial - B. Florestal
Decker Distribuidora de Aves - B. Florestal
Hortomercado Schimdt - B. Verdes Vales

Contato:

(51) 99312 0246 | (51) 99601 3278
contato@recantodovale.com.br

www.recantodovale.com.br

CURTA NOSSA PÁGINA

Saiba Mais

O Projeto Meio Ambiente na Escola tem como parceiros a 3ª Coordenadoria Regional de Educação (3ª CRE), Prefeitura de Lajeado, Prefeitura de Estrela, Corsan, Distribuidora de Combustíveis Charrua, Cooperativa Languiru, Gota Limpa, Faros, Univates e Certel.

Para os estudantes e demais leitores do suplemento, o projeto disponibiliza o blog do Meio Ambiente na Escola (www.meioambiente.informativo.com.br), atualizado regularmente com notícias e curiosidades sobre a temática.



ANDERSON LOPES

Reload provoca para sair do comum

Sindilojas inova na edição deste ano e traz conceito multidisciplinar para o Reload Festival.

Página 4

LAJEADO

Governo promete mais rigor contra comércio ambulante

O ultimato para venda irregular nas ruas centrais da cidade ocorreu ontem, durante reunião entre integrantes do Executivo e vendedores. A partir do próximo mês, fiscais do município farão ofensivas frequentes para coibir a ação de comerciantes sem alvará e produtos sem procedência.

Página 3

FIM DA FILANTROPIA

Mobilização quer barrar proposta



Hospitais e instituições de ensino podem perder benefícios caso a isenção no repasse ao FGTS deixe de existir.

Página 7

DIVERSIFICAÇÃO

Expoagro indica caminhos

Exposição começa hoje com o intuito de apresentar formas de diversificar as lavouras.

Página 11

TEMPO
NO VALE



Terça-feira no Vale:
sol entre nuvens

Mínima: 16°C - Máxima: 28°C

Fonte: CHUUVIATVS

Conselho sugere tarifa de R\$ 3,85

ARQUIVO A HORA



COLETIVO DE LAJEADO: o prefeito Marcelo Caumo consulta o Ministério Público para avaliar a legalidade da sugestão de reajuste apresentada pelo Conselho de Trânsito. Decisão será por decreto. Hoje, o valor da tarifa de transporte público é de R\$ 3,40

Página 5

OPERAÇÃO LEITE COMPENSADO

Sócio da Laticínios Rancho Belo **morre** na UTI

O empresário, Cleomar Henicka, 43, estava internado no hospital de **Rosário do Sul** – para onde foi transferido – desde a terça-feira passada, dia da operação do Ministério Público (MP) na sede da empresa, em **Travesseiro**. Ele morreu na manhã desse domingo.

Página 8



Audiência contou com a presença dos ambulantes, líderes municipais e representantes do comércio

Mais rigor gera debate sobre problema social

Município teme falta de trabalho para ambulantes

Lajeado

A fiscalização sobre o comércio de ambulantes será ampliada a partir de abril. O anúncio foi feito pela administração municipal, em audiência pública ontem à tarde.

Cerca de 15 vendedores, sem ponto fixo, participaram da reunião, que também contou com a presença de lojistas, representantes de entidades ligadas ao comércio, e integrantes do Legislativo.

O encontro foi coordenado pelos secretários de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agricultura (Sedetag), Douglas Sandri; da Fazenda, Guilherme Cê; e do Planejamento e Urbanismo (Seplan), Rafael Zanatta.

Com a ajuda do tradutor Mor Mdiaye, eles orientaram os ambulantes sobre as formas de se regularizarem.

O que, conforme o Código Tributário, exigiria o pagamento de mais de R\$ 6 mil ao ano para a venda de alguns produtos. “É um momento de conscientização. Estamos dando este tempo para que eles nos procurem, e trabalhem de modo formal”, frisa Sandri.

Aqueles que não se adequa-

rem poderão ter as mercadorias apreendidas, como já foi feito em algumas operações de fiscalização do município. O mesmo ocorrerá com quem vende em pontos proibidos do centro, conforme previsto em decreto de 2003.

“Dentro dessa área não vamos permitir, mesmo para quem tem cadastro. A lei é igual para todos. Se cobramos de uns, precisamos cobrar dos outros.”

Reorganização

Para possibilitar essa intensificação, será necessária uma reorganização. Hoje, há dois fiscais de posturas.

Outros servidores deverão auxiliar no serviço, e repassar atividades burocráticas a outros profissionais do quadro funcional. O aumento de horas extras também será necessário.

“Precisamos que não ocorra só no horário da prefeitura, mas no fim de tarde, fins de semana.”

Pedido aos empresários

A partir do anúncio de coibir a venda irregular, vários participantes da audiência demonstraram preocupação com o problema social gerado.

Isso porque a maioria dos am-

bulantes é senegalesa e vende produtos industrializados, o que não permite que ganhe autorização.

Ao contrário dos vendedores de produtos artesanais e de comida. “Isso não é permitido em nenhum lugar. Não pode haver nenhuma vinculação com a indústria”, cita Sandri.

Porém, Simon Renel, haitiano que é servidor do município, ressaltou que os ambulantes dependem da venda para a própria subsistência e de suas famílias, que vivem no país africano.

“Precisamos de ajuda, por favor”, pediu um dos ambulantes, por intermédio do tradutor.

A ideia de criação de um camelódromo foi abordada. Mas apontada por um lojista como uma “oficialização da venda irregular.”

Então, outra possibilidade sugerida foi a reinserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Para o secretário do Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sthas) Lorival Silveira, essa é a melhor alternativa.

“Pretendo falar com o prefeito e ir direto nas empresas. Com certeza, se cada uma das grandes oferecer uma, duas vagas, teremos o problema resolvido.”

66

Opiniões diversas sobre o comércio ambulante

Marco Daniel Rockenbach, presidente do Sindicomerciários

“É um tema delicado. Traz problemas ao empresário, e ao funcionário. Mas também para estes estrangeiros. Eles não fazem porque querem, mas porque precisam. Prefiro vê-los trabalhando, do que praticando crimes. Então acho que precisamos achar uma forma de reinseri-los de modo legal, a fim de não criar outro problema, ainda pior. Não podemos tirá-los daqui sem criar uma alternativa. Se demonstraram excelentes vendedores. Acredito que possa ser viável trazê-los ao comércio.”



Heinz Rockenbach, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)

“Queremos uma solução pacífica, sem dano ou prejuízo a ninguém. Não estamos contra os ambulantes legais, apenas desejamos que os demais se adequem. Geramos renda, emprego, tributos ao município, e precisamos pagar pelo nosso ponto. Então, os demais também precisam. Acredito que os empresários possam sim ajudar neste processo, para não ampliar o comércio ilegal.”



Marcelo Cardoso, ambulante faz 30 anos

“Acredito que o município poderia organizar melhor a venda aqui. Uniformizar e colocar crachá nos vendedores legais. É mais fácil identificar. Além disso, fazer uma parceria mais forte com a Brigada Militar. Isso inibe os vendedores de fora, que às vezes chegam aqui só no sábado, e se espalham pela cidade. Eu sempre paguei meus impostos, e gastei meu dinheiro aqui. Eu, como ambulante, também me sinto prejudicado com isso. Gostaria também que a fiscalização atuasse de forma mais ampla, não sempre abordando os mesmos.”



Musthafa Ture, senegalês, ambulante em Lajeado faz seis meses

“Antes eu trabalhava numa empresa, mas fui demitido. Passei pela carga e descarga e corte, e agora estou vendendo, faz uns dois anos. Gostaria de voltar para as empresas, mas não tem vaga. Faço isso porque não tenho opção. Mando dinheiro para a minha esposa, e dois filhos. Sinto muito saudade, até porque não tenho dinheiro para ir visitá-los. Eu não ganho R\$ 6 mil ao ano, para me regularizar. Acho que se não tiver emprego, vou acabar indo embora.”



Tarifa de ônibus **pode** subir para R\$ 3,85

Aumento de R\$ 0,45 é sugerido pelo Conselho de Trânsito. Empresas queriam R\$ 3,90

Lajeado

O governo municipal avalia a proposta de reajuste das tarifas de transporte público. Após reunião na semana passada, o Conselho de Trânsito sugere R\$ 3,85. Hoje, a passagem custa R\$ 3,40. O prefeito, Marcelo Caumo, solicita auxílio do Ministério Público (MP) para verificar se o aumento sugerido está de acordo com um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Esse TAC, firmado entre MP, Executivo e as empresas de transporte de passageiros, exige uma série de procedimentos e estudos para justificar os reajustes. Caumo se reuniu ontem com o promotor de Justiça, Sérgio Diefembach. A intenção é repassar essa análise para uma equipe técnica da promotoria.

"A prefeitura ainda não se manifesta sobre a proposta de reajuste apresentada pelo Conselho. Estamos verificando o TAC e outros acordos já firmados com o MP", explica o prefeito.

De acordo com o diretor do Departamento de Trânsito, Carlos Kayser, que também é o presidente do Conselho de Trânsito, a empresa havia pedido um valor



Ausência de processo licitatório gera falta de investimentos em conforto, abrigos nas paradas e novos itinerários

de R\$ 3,90 para as novas tarifas. Sobre os estudos necessários para balizar o reajuste, ele afirma ter recebido informações por parte das empresas.

"Eles nos apresentaram índices de aumento no combustível, óleo diesel, e na folha de pagamento dos funcionários. Há um relatório com essas despesas, e também com gastos de manutenção", informa Kayser. Para ele, no entanto, o valor do reajuste das tarifas deve ficar abaixo da proposta apresentada pelo conselho. A de-

cisão será por meio de decreto do prefeito.

Ainda conforme a proposta sugerida pelo Conselho de Trânsito, as tarifas para micro-ônibus podem aumentar de R\$ 4,50 para R\$ 5. Hoje, são 53 ônibus e dois micro-ônibus à disposição de uma média de 6,8 mil passageiros.

Se confirmado o aumento nas tarifas de transporte público, será o oitavo reajuste desde 2006. Naquele ano, a passagem custava R\$ 1,70. Neste período de 11 anos, a maior alteração no valor foi regis-

trada entre 2009 e 2010, quando o preço passou de R\$ 2 para R\$ 2,40.

Sem previsão para edital

O serviço de transporte público nunca foi licitado em Lajeado. Houve duas tentativas. A primeira em 2007, sob a gestão da ex-prefeita, Carmen Regina Cardoso (PP). A segunda ocorreu em 2015, no governo de Luís Fernando Schmidt. Ambas acabaram suspensas em função de problemas judiciais e desacordos com a legislação municipal. "Não vamos nos

furtar disso", garante Caumo.

No governo passado, Schmidt pagou cerca de R\$ 120 mil para uma consultoria terceirizada projetar o edital de licitação. Para tal, um amplo estudo foi realizado pela empresa Dirigida Consultoria em Transporte, com sede em Porto Alegre. Também foram realizadas audiências públicas em diversos bairros.

Apesar do investimento, o edital estava em desacordo com a legislação. O documento previa 20 anos de concessão, mas a lei orgânica permite só dez. Ainda, a concorrência seria balizada pelo "menor preço da tarifa", enquanto a lei prevê "maior oferta e melhor técnica, com tarifa fixada, balizada a oferta mínima pelo valor das indenizações previstas para as atuais concessionárias".

Caumo garante que avaliará o estudo da gestão anterior. Segundo o procurador jurídico, Natanael dos Santos, após analisar o sistema de transporte e a legislação, junto com a cooperação de entidades representativas, será lançado edital de licitação. "Não há prazo específico, mas o governo trabalha com a segurança jurídica do processo licitatório e a confiança no sistema a ser licitado."

IBGE contratará 26,4 mil pessoas para Censo Agropecuário

País

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão autorizou a contratação temporária de

26.440 profissionais para o IBGE fazer o Censo Agropecuário 2017. As contratações serão feitas por meio de processo seletivo simplificado, e a duração dos contratos será de até

um ano, com possibilidade de prorrogação limitada a três anos.

Serão 19.013 vagas para o posto de recenseador, 4.946 para agente censitário supervisor, 1.285 para

agente censitário municipal, 381 para agente censitário administrativo, 375 para agente censitário regional, 266 para analista censitário e 174 para agente censitário

de informática. O valor das remunerações ainda não foi definido. A portaria com a autorização foi publicada no Diário Oficial da União na sexta-feira.



Negócios em pauta

Encorajar e qualificar para empreender

AHORA

SYNCOVAT

SESCON

Capital Verde

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO

CRIE

UNIVATES

SEBRAE

CIC

INSCRIÇÕES ABERTAS (sem custo)

2º workshop

Tema: Fluxo de Caixa: como mantê-lo saudável?

Data: 29.03.2017 (quarta-feira)

Horário: 19h30min

Local: Câmara Municipal de Vereadores de Estrela
R. Dr. Tostes, 51 - Centro - Estrela

Interessados contato pelo fone 3709-2798, Sincovat, ou site do Jornal A Hora, no link do projeto.

Sugerimos, como contribuição, a doação de 1kg de alimento não perecível.